

**A INTEGRAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS COM
DEFICIÊNCIA EM CONTEXTO ESCOLAR**

Daniela Nascimento
Universidade Portucalense

Mdaniela.mf@gmail.com

RESUMO

Os movimentos reformistas que têm acompanhado, nas últimas décadas, as organizações escolares e o processo de ensino aprendizagem que aí decorre, incluíram alterações constantes na forma de atendimento e acompanhamento dos alunos com necessidade educativas especiais, cujos processos de integração, acompanhamento, comunicação, avaliação e outros, foram sendo, sucessivamente, modificados.

Às transformações que referimos não são estranhas as posições adotadas, ao longo dos anos, pelos principais interventores de todo este processo - pais e professores -, agentes educativos fundamentais em todo o percurso desenvolvimental da criança e jovem com deficiência, objeto de estudo e análise no nosso trabalho. As nossas preocupações de análise e compreensão da realidade centrar-se-ão, sobretudo, no modo como a família e a escola respondem às necessidades dos seus educandos, sobretudo no que concerne à garantia de direitos e oportunidades e a um acesso pleno à educação, numa perspetiva de inclusão plena nos diferentes contextos de vida dos sujeitos com deficiência.

Perspetivamos que essa educação inclusiva pressupõe uma sociedade de inclusão, que reflita uma atitude igualmente inclusiva relativamente à diversidade e às necessidades específicas de todos os seus alunos, e que possibilite a sua participação ativa.

No entanto, a adoção do modelo ideal de integração de crianças em jovens com deficiência no contexto educacional, especificamente nas escolas parece estar ainda longe de ser encontrada, pois as posições contraditórias e “indecisas” sobre como atuar permanecem na ordem de trabalho das comunidades científica e política.

Cabe ao Educador Social, juntamente com outros agentes educativos, implementar estratégias de atuação eficazes, centradas num processo de socialização dentro e fora do contexto escolar, que possibilitem colmatar lacunas e solucionar os problemas das crianças e jovens com deficiência, e que se traduzam em “instrumentos igualitários e de melhoria da vida social e pessoal” (Soriano Díaz, 2006, p. 103) de todos os cidadãos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Social, Deficiência, Educação Especial, Inclusão

INTRODUÇÃO

O movimento de escolarização que, nas últimas décadas, ocorreu na sociedade Portuguesa trouxe à escola um conjunto de alunos cuja heterogeneidade económica, étnica, cultural e linguística é profundamente acentuada.

Esta realidade, embora tenha ocasionado alguns movimentos reformistas e algumas tentativas de mudança em toda a organização escolar no sentido de dar resposta à multiplicidade de solicitações daqueles alunos, parece estar ainda longe de ser atingida, sobretudo no que concerne aos alunos com Necessidades Educativas Especiais. No processo de ensino aprendizagem destes alunos, embora se tenham vindo a incluir alterações frequentes na forma de atendimento, comunicação, acompanhamento e integração, parece por demais consensual que, na maior parte dos casos, essas mudanças não passaram de meras intenções escritas sem reflexo na praxis das escolas, pelo que o insucesso, a indisciplina e o abandono escolar tornaram-se uma constante nos estabelecimentos de ensino, com a crescente desmotivação dos vários agentes educativos envolvidos, sobretudo dos próprios alunos, a maioria dos quais vê na escola, e na aprendizagem que ela pretende desenvolver, uma barreira difícil de transpor.

Segundo Nascimento (2013), às transformações que aludimos não são, com certeza, estranhas as posições manifestadas, ao longo do tempo, pelos principais interventores de todo este processo - pais e professores. Estes agentes educativos, muitas vezes seguindo posições distintas, foram sugerindo alterações, contrariando normativos, esgrimindo argumentos, orientados por princípios de proteção dos seus educandos, de imposição de direitos de igualdade de acesso e sucesso à escolaridade, ou até por princípios menos altruístas de evocação dos direitos de maior facilidade no desempenho da profissão, como é o caso, muitas vezes, dos docentes.

No entanto, o modelo ideal de educação especial parece estar ainda longe de ser atingido, pois as posições contraditórias e “indecisas” sobre como atuar permanecem na ordem de trabalho da comunidade científica e da comunidade política, verificando-se que uns enquadraram as suas posições em princípios de índole mais pedagógica e até humanista, enquanto outros assentam os seus normativos em princípios de melhor gestão de recursos humanos e físicos.

Independentemente dos motivos e das perspectivas adotadas, a educação dos alunos com necessidades educativas especiais tem passado por várias soluções, desde o isolamento total até à inclusão na escola regular. A movimentação levada a cabo pelas associações de deficientes, pelas famílias e pelas escolas, sobretudo pelo seu corpo docente especializado, foi provocando alterações significativas, certamente positivas, em prol da educação daqueles alunos. Toda esta atividade que caracterizou a visão e atitude da sociedade perante a problemática da Educação Especial é referenciada por Ford e Davern (1989), quando afirmam “No último século e meio, caminhou-se da segregação total em instituições especiais com caráter mais assistencial para formas mais avançadas de integração nas escolas regulares. Muitos dos movimentos que têm surgido no sentido de encaminhar para uma maior integração têm como elementos bastante ativos alguns professores e pais insatisfeitos com o caminho seguido neste processo. (cit por Ruela, 2000, p. 24)”.

Esta insatisfação, malgrado todas as modificações introduzidas, continua a manifestar-se na maioria dos referidos participantes nas discussões sobre a problemática da Educação Especial, para quem o processo de inclusão dos alunos nas escolas do ensino regular não passa, ainda, de uma ilusão.

Assim sendo, torna-se imperativo que se pratique, ao nível de cada instituição escolar, uma pedagogia diferenciada que, no caso dos alunos com deficiência, deve implicar, para além da utilização de estratégias adequadas às suas possíveis diferenças na aprendizagem, ferramentas que promovam a sua presença e participação efetiva. Urge “reconhecer e responder às diversas dificuldades (...), acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem, e assegurando uma educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, modificações organizacionais, estratégias de ensino, recursos e parcerias (...)” (Schneider, 2003, p.1), apontando-se caminhos para a construção de um paradigma que responda, de uma forma clara e satisfatória, à especificidade da deficiência e às necessidades das crianças e jovens com deficiência, numa tentativa de aplicação de uma pedagogia diferenciada que desenhe formas diversas e consistentes de educar essa população.

Cabe ao educador social, entre outros profissionais, participar nesse longo, sinuoso e complexo percurso da inclusão, conhecendo “as atitudes sociais ao longo dos tempos perante a pessoa com deficiência, (...) adotando uma atitude crítica, participativa e consciente do dever profissional (...)” (Gomes, 2006, p. 46), e assumindo uma posição flexível e polivalente perante esta comunidade minoritária, que é a comunidade com Necessidades Educativas Especiais.

Neste trabalho iremos então refletir sobre a importância do Educador Social e o seu papel no percurso educativo de crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais, sobretudo nos contextos familiar e escolar.

O EDUCADOR SOCIAL NO CONTEXTO EDUCATIVO

Ao abordar a problemática da Educação Especial e o papel do Educador Social no contexto educativo, surge-nos como passo fundamental apresentar, ainda que de forma breve, algumas perspetivas que, aludindo a noções como deficiência e Necessidades Educativas Especiais (NEE), têm procurado definir e analisar a importância do contexto educacional dos indivíduos com deficiência, nomeadamente a família e a escola.

PERSPETIVAS DA DEFICIÊNCIA

O conceito de Deficiência foi sendo modificado e ampliada a sua dimensão ao longo dos séculos, adquirindo uma dimensão mais humana e compreensiva, numa perspetiva de inclusão social que transforma os deficientes em cidadãos completos aos quais se deve prestar todo o apoio e cujas competências importa desenvolver e valorizar, criando estruturas e adequados modos de participação. Para que essa participação possa ser efetiva, é necessário que os conceitos de diferença e diversidade sejam “renovados”, atribuindo-lhes um valor positivo e enriquecedor da humanidade, contrariando o que, durante séculos, foi visto como algo assustador e que importava ocultar. Esta perspetiva, que vigorou durante várias gerações, foi progressivamente esbatendo-se com o desenvolvimento da humanidade, e transformou a educação das crianças com

deficiência numa preocupação dos responsáveis e pedagogos, e que passou a ser percebida como algo em que era necessário investir, passando o termo “discriminação” a ser visto como algo positivo, que importava introduzir na sociedade e, mais especificamente, na escola.

Esse modo de discriminação positiva, que deve contribuir para um melhor atendimento à população com necessidades educativas especiais emerge, entre outros documentos, no disposto na Lei nº 49/2005- versão nova (Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE)), ao estabelecer (artº2, ponto 2): *É da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares, garantindo, dessa forma, valores de solidariedade e justiça que se impõe promover através do sistema escolar.*

O modo de olhar e pensar sobre a deficiência adquire, através daqueles princípios, uma nova amplitude, abrangendo, na sua essência, uma limitação em alguma(s) função(ões) ou capacidade(s). Para alguns autores, no entanto, esta forma de rotular os indivíduos pode ser discriminatória e estigmatizante, pelo que foi sofrendo algumas derivações na sua designação, mantendo-se, no entanto, a ideia de representar uma diferença permanente em relação aos indivíduos considerados normais.

Em Portugal, um outro documento considerado fundamental no longo percurso da Educação Especial é a Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. Este normativo, Lei nº 9/89 de 2 de maio, determina que seja considerada deficiente *“a pessoa que, por motivo de perda ou anomalia, congénita ou adquirida, de estrutura ou função psicológica, intelectual, fisiológica ou anatómica suscetível de provocar restrições de incapacidade, pode estar considerada em situações de desvantagem para o exercício de atividades consideradas normais (...)* (artº.2º).

Para além disso, a partir da deliberação nº 9/99, (Diário da República II Série, nº4, 6/01/99), e da adoção, como referencial taxonómico, da Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) da Organização Mundial de Saúde (OMS), relativamente à classificação das deficiências e suas consequências, incapacidades e desvantagens, garantiu-se a uniformidade de conceitos e terminologia. A partir da classificação da CIF, o termo “deficiência” foi posto em causa, assinalando-se, como preferível, o termo “incapacidade”. Para Coelho (2010, p.31), “a incapacidade é algo que permanece alocado ao indivíduo” e a “deficiência, sendo uma condição de vida, é

(...) um dos muitos desafios que esta nos coloca (...)”, devendo a humanidade aceitá-la e assumi-la de um modo flexível e adaptado, no sentido de uma valorização da especificidade de cada um, enquadrada por uma sociedade que tem de ser de todos e para todos.

No entanto, e segundo Nascimento (2012), apesar de todo o corpo legislativo apontar para uma atenção vinculada às necessidades específicas das pessoas com deficiência, e traçar caminhos para a sua plena integração social e escolar, nem sempre encontra eco na operacionalização desses princípios. Estudos sobre as dificuldades e obstáculos encontrados pelos indivíduos com deficiência marcam a distância entre o articulado e o experienciado, evidenciando a diferença entre as intenções e as atuações.

Cabe ao Educador Social, tal como a outros profissionais, procurar diminuir aquela distância entre o que se reitera e o que se produz, prestando um contributo fundamental na promoção da qualidade de vida dos sujeitos portadores de deficiência, recorrendo a um processo de educação e/ou reabilitação contínuo e global, que possibilite o desenvolvimento integral das suas capacidades e a promoção de competências que facilitem uma integração efetiva nos contextos familiar, escolar e/ou profissional.

Assim sendo, esse profissional deve promover uma abordagem ecológico-desenvolvimental e sistémica, percebendo como estratégia fundamental o envolvimento holístico dos diferentes microssistemas do sujeito com deficiência e a estruturação da sua narrativa, sendo necessária uma intervenção orientada e atenta a diferentes dimensões, tais como a integração do indivíduo e da sua rede social de apoio (com destaque para os sistemas familiar e escolar) e o desencadear de mecanismos de apoio técnicos.

O EDUCADOR SOCIAL E A FAMÍLIA

Uma componente importante a considerar no apoio e processo educativo de alunos com deficiência é a familiar, pela primazia que representa no seu desenvolvimento, o que pressupõe que os diferentes profissionais que atuam nesse processo, nomeadamente os

Educadores Sociais, desenvolvam competências para trabalhar não apenas com os alunos com deficiência mas também com as suas famílias.

A família constitui um dos principais alicerces da sociedade, estruturando-se como o elemento-chave na vida e no desenvolvimento de todos os indivíduos, sendo a primeira referência social com que a criança estabelece contacto e se relaciona, e através da qual adquire uma primeira visão do mundo que a envolve.

Cada família, enquanto sistema, é um todo, mas é também parte integrante de outros sistemas e, nesse sentido, qualquer alteração que ocorra – nascimento, doença, desemprego, morte, entre outras - pode romper o equilíbrio do sistema e exigir a adoção de novas tarefas, atitudes e estratégias de intervenção, tal como se verifica quando a família recebe a notícia da deficiência. As reações familiares à deficiência variam bastante de família para família, podendo levar à adoção de um padrão de vinculação desadaptativo e disfuncional . As razões que levam uma família com indivíduo(s) deficiente(s) a adotar esse tipo de padrão podem estar relacionadas, entre outros aspetos, com o maior número de desafios que essa família enfrenta no dia-a-dia, tais como as barreiras atitudinais e a vivência e possível resolução do processo de luto perante a criança deficiente.

Desta forma, tendo consciência da importância do sistema familiar na facilitação/obstaculização do processo de desenvolvimento pleno do sujeito com deficiência, o Educador Social deve estar atento a vetores de intervenção como a avaliação da dinâmica familiar e a sua importância no modo como vivencia e estrutura as interações com o sujeito com deficiência; o estabelecimento de uma relação de vinculação securizante, facilitando experiências cognitivo-emocionais que permitam aos indivíduos organizar e atribuir significados ao problema em questão e o desenvolvimento, facilitação e promoção da edificação da percepção como um meio de recurso disponível durante possíveis momentos de crise. Para tal, é fundamental recolher alguma informação sobre os elementos significativos do sistema familiar nuclear, sobretudo no que diz respeito às suas expectativas e necessidades, e identificar os recursos, limitações, potencialidades e constrangimentos sócio-económicos que envolvem o sujeito com deficiência e a sua problemática. Muitas vezes, surge também a necessidade de proceder à reconstrução de expectativas de natureza irrealista, rigidificadas por processos de luto inacabados ou nem sequer experienciados a nível

emocional. Em algumas situações, poderá ser também necessário promover a exploração conjunta com o deficiente e o sistema familiar, no sentido de gerar alternativas para a reorganização e reestruturação desse mesmo sistema.

Deste modo se conclui que, ao intervir com alunos com Necessidades Educativas Especiais, é também necessário intervir nas necessidades da sua família. Essa intervenção, que deve ser iniciada o mais precocemente possível, deve proporcionar experiências e ambientes de aprendizagem estimulantes, e que permitam a pais e filhos, entre outras metas, desenvolver competências de “saber ser”, “saber estar” e “saber fazer”.

Esse processo de intervenção precoce, que deve ser cada vez mais um processo transdisciplinar, deve então implicar uma atuação com a família no sentido de prevenir ou minimizar problemas no desenvolvimento da criança e atender, de forma constante, aos apelos e dúvidas colocados pela família.

Para além da função de socialização e de integração no meio envolvente, a família de uma criança deficiente assume então um papel preponderante na sua adaptação e sucesso escolar, sobretudo no processo comunicacional e de aquisição da linguagem, na aprendizagem da leitura e da escrita e na adoção de atitudes positivas perante o contexto educativo (Felgueiras, 1999; cit. por Nascimento, 2009), pelo que é fundamental, ao intervir pedagogicamente com cada aluno, que se perspetive a participação dos pais na definição de estratégias de ação que melhorem o desempenho dos alunos na escola.

O EDUCADOR SOCIAL E A ESCOLA

A organização escolar assume um papel igualmente importante na educação e inclusão dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, constituindo-se como agente socializador da criança/jovem para quem o mundo que a rodeia é uma sucessão de imagens, humanas e físicas, cuja compreensão plena lhe está muitas vezes vedada.

A escola deve, então, fazer da comunidade educativa um pilar de inclusão, para que as crianças e jovens se sintam elementos integrantes de uma comunidade, definida por Dias (1990, p.101) como “um grupo local integrado por pessoas que compartilham um

território bem definido, as quais estão ligadas por laços de intimidade e convívio pessoal e participam de uma herança cultural comum”.

Nesse processo de inclusão, urge criar condições sociais e educativas para que a inclusão do aluno seja feita de forma adequada, com o apoio de pessoal especializado em diversos domínios e áreas, e que possibilite a interação entre todos os agentes educativos. Esta interação deve ser facilitada pela própria escola e, particularmente, por uma equipa multidisciplinar, da qual deve fazer parte o Educador Social, capaz de orientar, integrar e desenvolver as competências dos alunos, de modo a torná-los sujeitos ativos e intervenientes na comunidade escolar e social.

Para Nascimento (2012), a verdadeira inclusão tem de ser efetiva, imediata e implicar o desenvolvimento de todos os cidadãos, independentemente das suas capacidades, pois só a partir de uma efetiva vontade de mudança por parte de todos os agentes educativos e, especialmente, de uma transformação da escola, se poderá transformar o ato de aprender e de estar com os outros, numa forma saudável de desenvolvimento.

A escola para alunos com NEE, e a resposta que ela lhes pode dar, tem de ter subjacente uma prática inclusiva que trate os deficientes como cidadãos de pleno direito, mas com mais, e mais complexas necessidades educativas que não podem ser camufladas e, muito menos, esquecidas.

Essas necessidades, sentidas pelos alunos, e muitas vezes, pelas próprias famílias, têm que estar sistematicamente em análise no trabalho desenvolvido pelo Educador Social, o que implica, entre outras estratégias educativas, um envolvimento constante e significativo entre a família, a escola e a comunidade que acolhe o cidadão com deficiência.

O EDUCADOR SOCIAL NA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA

Nos últimos anos a colaboração entre família e escola tem conhecido avanços significativos, nomeadamente no que diz respeito à participação dos pais no processo educativo dos seus filhos com deficiência, dos quais é esperada uma atuação efetiva nos processos de decisão.

No entanto, investigações realizadas nos últimos anos referem que a maioria dos pais continua a não participar nos processos de decisão ou participa de uma forma passiva, o que poderá estar relacionado com o facto de considerarem que os diferentes contextos educativos não respondem adequadamente às suas necessidades e, sobretudo, às dos seus educandos.

Cabe aos diferentes profissionais que atuam junto do aluno deficiente e dos vários contextos sociais que o envolvem, nomeadamente ao Educador Social, garantir que o envolvimento e interação família-escola e comunidade assume, cada vez mais, ligações bem definidas e estruturadas. É então fundamental que “os educadores sociais tenham a consciência da necessidade desta interação e que consigam desenvolver na sua prática, um trabalho inevitável em equipa multiprofissional, (...) e unir esforços na condução dos vários processos, onde o objetivo central deve ser o desenvolvimento e integração plena da pessoa com deficiência” (Gomes, 2006, p. 46)

Um passo igualmente importante a dar pelos Educadores Sociais para promover o envolvimento e participação dos indivíduos deficientes e dos diferentes agentes educativos é identificar e compreender as suas necessidades e expectativas, já que estas podem exercer uma influência preponderante na qualidade da relação desenvolvida e nas responsabilidades de cada um dos elementos nessa mesma relação. Afigura-se igualmente importante integrar o desenvolvimento humano a partir do confronto constante do aluno deficiente com experiências desafiantes, ocorrentes numa rede de recursos que disponibilizem o apoio e a securização necessárias para que o sujeito desenvolva formas adaptativas de lidar com as suas limitações e potencialidades.

Os Educadores Sociais têm, ainda, de estar atentos à existência e modo de funcionamento das escolas e comunidade envolvente, conhecendo os seus objetivos, recursos, metas e serviços de educação e/ou reabilitação prestados.

CONCLUSÃO

Para Soriano Diaz (2006), o sujeito socializa-se dentro e fora da instituição escolar e, por isso, a Educação Social deve efetuar-se nos diferentes contextos de vida do ser humano, e deve “antes de mais, ajudar a ser e a conviver com os outros, aprender a ser com os outros e a viver em comunidade (Ortega, 1999, cit por Diaz, 2006, p.92)

Assim sendo, as dimensões de atuação do Educador Social são diversas e alargadas, implicando, por parte deste profissional, uma flexibilidade e atenção constantes às mutações e necessidades que a sociedade manifesta ao longo dos tempos, sobretudo no que diz respeito ao contexto educacional.

No que concerne à comunidade educativa, verificam-se mudanças significativas, sobretudo no que concerne à adequação às necessidades, crenças, valores, representações sociais, experiências e expectativas da heterogeneidade dos elementos que, cada vez mais, nela são acolhidos (Santos,1996). Tal diversidade implica, entre outras estratégias, uma adaptação e interação constante entre os diferentes agentes educativos, no sentido de responderem de forma positiva a todos os obstáculos e problemas que possam surgir no seu seio. Para os alunos deficientes, esses obstáculos assumem, muitas vezes, contornos irregulares e difíceis de serem ultrapassados, sobretudo no que concerne às dificuldades de adaptação e de aceitação da deficiência, barreiras comunicacionais, relacionais e atitudinais, barreiras arquitetónicas e falta de modelos e aptidões sociais.

Perante esta realidade, têm sido feitos, nos últimos anos, por parte da sociedade e, sobretudo, da comunidade educativa, alguns esforços no sentido de minorar estes problemas e diluir ou derrubar aquelas barreiras com que os alunos com deficiência são confrontados quotidianamente com o intuito de, entre outros objetivos, maximizar o potencial de cada indivíduo com deficiência e diminuir a sua dependência relativamente à família, aos professores, ao grupo de pares, aos técnicos especializados ou aos colegas de profissão.

No entanto, e de acordo com o relato dos próprios, muito há ainda a fazer, já que existem alguns obstáculos sócio-ambientais que bloqueiam os seus esforços de recuperação e parecem limitá-los a uma forma de vida caracterizada, unicamente, pelo tentar sobreviver.

Assim sendo, o percurso longo que a educação dos deficientes tem percorrido ao longo de muitas centenas de anos foi e continua a ser, muitas vezes, sinuoso e sem contornos bem definidos. Ao longo dos anos, têm sido várias as leis criadas pelo Governo no sentido de garantir a integração plena do cidadão deficiente nas diversas esferas sociais, nomeadamente no contexto escolar e no mercado de trabalho. Verificam-se avanços na

acessibilidade, na educação, na reabilitação ou formação profissional, entre outras. No que concerne à área da Educação Especial, têm sido implementadas várias medidas legislativas com o objetivo de promover o sucesso acadêmico, através de garantias de ferramentas comunicacionais eficazes, de igualdade de direitos e de oportunidades e da valorização da especificidade de cada aluno.

Deste modo, os decretos sucederam-se, as escolas foram modificando, de algum modo, a sua organização em função dessas mudanças, entraram novos agentes para as instituições, mas o longo e sinuoso percurso da inclusão plena do aluno com deficiência parece continuar a assumir contornos pouco visíveis, como se de uma ilusão se tratasse.

Terminamos aludindo às palavras de Deegan (1996, p. 20) que, de uma forma elucidativa, descreve o contributo do trabalho desenvolvido por diferentes profissionais, incluindo o Educador Social, em contextos educacionais ou de reabilitação: *“(...) o nosso trabalho é participar numa conspiração de esperança (...). O nosso trabalho é educar o nosso pessoal com vocações especiais de esperança (...) o nosso trabalho é esperar pacientemente, sentarmo-nos e olhar com admiração e presenciar com reverência o desabrochar da vida de outra pessoa*

BIBLIOGRAFIA E WEBGRAFIA

CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - (2004). Lisboa: Organização Mundial da Saúde e Direção Geral da Saúde.

COELHO, O. (2010). *Um copo vazio está cheio de ar, assim é a surdez*. Porto: LivPsic.

DEEGAN, P.E. (1996). *Thesea rose: Recovering from mental illness. There's a Person in Here: Contemporary themes in mental health services*. The Mental Health Services Conference Inc. of Australia and New Zealand: Ian Liddell Pty Limited, p. 16–24.

DIAS, J. (1990). *Estudos antropológicos*. 1. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

FELGUEIRAS, I. (1999). *Escola e família: parceiros na educação da criança?* In CAPA, A. (1999). *A especificidade da criança surda*. (pp 51-66). Lisboa: Ministério de Educação.

GOMES, A. M. P. (2006). *A educação especial na formação de base dos educadores sociais*. Porto: ESE de Paula Frassinetti. <http://repositorio.esepf.pt/handle/10000/103>; Visto em 05 de Setembro de 2013

LEITÃO, F.A.R. (2010). *Valores Educativos, Cooperação e Inclusão*. Salamanca: Luso Espanhola de ediciones.

NASCIMENTO, D. (2008). *A voz dos surdos: a importância da L.G.P. no processo comunicacional*. (tese de mestrado, não publicada). Porto: Universidade Portucalense.

NASCIMENTO, D. (2012). *Escolas de referência: valor acrescentado para a comunicação e educação dos surdos*. (tese de doutoramento, não publicada). Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (1980). *Manual de Classificação das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens*.

ORTEGA, J. (1999). *Educación social especializada*. Barcelona: Ariel

UNESCO (1994) *The Salamanca statement and framework for action on special needs education*. Paris: UNESCO.

RUELA, A. (2000). *O aluno surdo na escola regular*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional. Ministério da Educação.

SACKS, O. (2011). *Vejo uma voz – uma viagem ao mundo dos surdos*. Lisboa: Relógio de Água.

SANTOS, M. L. (1996). *A escola como ecossistema- para uma cultura organizacional da escola*. (tese de mestrado, não publicada). Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

SCHNEIDER, M. B. D. (2003). *Subsídios para ação pedagógica no cotidiano escolar inclusivo*. http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=76:subsidijs-para-acao-pedagogica-no-cotidiano-escolar-inclusivo&catid=6:educacao-inclusiva&Itemid=17; Visto em 04 de Julho de 2013

SORIANO DIAZ, A. (2006). Uma aproximação à Pedagogia – Educação Social. *Revista Lusófona de Educação*. Número 7. pp. 91-104.

LEGISLAÇÃO

Lei Nº 46/86, de 14 de Outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo

Lei n.º 9/89 de 2 de Maio - Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência - Revogada pela Lei 38/2004

Lei nº 38/2004 de 18 de Agosto - Define as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência